

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.335 - MG (2019/0309683-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : MICHAEL DOUGLAS DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : CÁSSIO DAVID ARAÚJO - MG098107
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MICHAEL DOUGLAS DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.102294-6/000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 15/8/2019 pela suposta prática do delito previsto no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas). Referida custódia foi convertida em preventiva e, em audiência de custódia realizada em 19/8/2019, foi mantida a segregação.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DOS ART. 312 E SEQUENTES DO CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - REITERAÇÃO DELITIVA - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - IRRELEVÂNCIA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - DENEGADO O HABEAS CORPUS.

- Demonstrada a existência de indícios de autoria e materialidade delitiva, a prisão preventiva deve ser decretada, nos termos dos art. 312 e ss. do CPP, se houver necessidade cautelar.

- Estando evidenciada, por meio de elementos do caso concreto, a periculosidade do agente e a real possibilidade de reiteração delitiva, imperiosa a manutenção de sua prisão processual para a garantia da ordem pública e conseqüente acautelamento do meio social.

- A existência de condições pessoais favoráveis não implica a concessão da liberdade provisória, quando presentes, no caso concreto, outras circunstâncias autorizadoras da segregação cautelar.

V.V. - A prisão cautelar representa medida extrema. Assim, não havendo a adequação fática aos pressupostos processuais penais deve ser concedida a ordem.

Superior Tribunal de Justiça

- A decisão deve sempre demonstrar motivos idôneos para justificar a prisão preventiva, capazes de evidenciar o risco que a liberdade do paciente oferece à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

- Ausentes os requisitos do art. 312 do CPP, a prisão cautelar constitui constrangimento ilegal e, sendo suficiente a determinação de medidas cautelares outras, desnecessária a manutenção da prisão preventiva do paciente (fls. 51).

No presente recurso, alega, inicialmente, a nulidade da decisão que decretou a prisão preventiva pois utilizou decisão modelo pronta, baseada em fatos alheios ao processo.

Destaca que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente em elementos abstratos. Indica violação ao princípio da motivação das decisões judiciais.

Pondera que o paciente possui apenas uma condenação anterior pelo delito de tráfico, ocorrido em 2014, tendo sido imposta a pena de 1 ano e 8 meses, atingida pela prescrição da pretensão executória, salientando que tal condenação não constitui fundamento idôneo para justificar a custódia.

Afirma que o paciente não teria se envolvido em novos delitos e ressalta a presença de condições pessoais favoráveis.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Liminar indeferida às fls. 120/122.

Informações prestadas às fls. 129, 132/133.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 151).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque, de acordo com as informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que, em 01/11/2019, nos autos da Ação Penal n.

Superior Tribunal de Justiça

0480.19.0067797, foi expedido alvará de soltura em favor do recorrente.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

